



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

**CSDPE**

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

657 uma sede não se faz em um ano, então não há como planejar. A Presidente do CSDPE  
658 aduziu acerca da necessidade de deflagração de processo licitatório. A Presidente da  
659 ADEP consignou que vai ter que constar que não iniciou o projeto por tal motivo. O  
660 Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que 2014 não acabou ainda. Ainda que  
661 não vá executar, tem que prever, pois se resolver executar e não estiver previsto não é  
662 possível fazer. O próprio nome diz que é previsão, não vinculação. Que estão  
663 desviando o foco. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu  
664 concordar com o Subdefensor Público Geral e com a Presidente da ADEP. A  
665 Presidente da ADEP aduziu que deu a ideia de colocar isso para a Defensoria não  
666 parar, e em relação ao exemplo da Presidência que citou Vitória da Conquista, mas na  
667 proposta ideal tem que saber por que sequer foi iniciado. O Conselheiro Subdefensor  
668 Público Geral aduziu que para aprovar 2015 não precisa justificar porque não foi  
669 iniciado, pois é previsão. A Presidente do CSDPE consignou que estão fugindo ao foco  
670 que é importante e já foram muito prejudicados com a exiguidade do tempo. O  
671 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo consignou que já falou e deixará outras  
672 considerações para o final. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva pediu a explicação  
673 item a item para na fase de deliberação saber no que estará votando. A Conselheira  
674 Maria Auxiliadora S. B. Teixeira acompanhou o posicionamento do Conselheiro Gil  
675 Braga de Castro Silva e preferiu aguardar a discriminação item por item. A Conselheira  
676 Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão consignou que desde o início a Presidência  
677 trouxe a justificativa do por que da programação orçamentária dessa forma, em razão  
678 da cota. Explicou e trouxe o problema para o Conselho como deve ser feito e os  
679 Conselheiros tem que se posicionar sobre o problema e, após, outras propostas. O fato  
680 é que tem que colocar na ata a irresignação. Que fica feliz por um lado que em um ano  
681 tenha ocorrido alguma mudança no pensamento e estratégia da Administração  
682 Superior. Que exatamente um ano atrás discutira que o orçamento teria que ser para a  
683 mesma político, e por isso não aprovou enquanto a Administração trouxe argumentos  
684 que seria técnico como foi aprovado e agora estão com as mesmas ideias e finalidade.  
685 Se aprovar apenas o técnico na cota colocada pelo Governo e no prazo exíguo e  
686 concorda com a Presidência. Que poderiam ter chamado antes as extraordinárias, mas  
687 estavam envolvidos com a readequação e houve a dificuldade por conta da Copa. Que  
688 chegou a hora de aprovar o orçamento com a cara que a DPE quer e nesse aspecto  
689 entende os questionamento da ADEP e precisam saber quais são os projetos que  
690 foram iniciados e se não começaram não importa o porquê, mas apenas uma indicação  
691 de que não começou. Mas se foi previsto e começou, tem que ser previsto nos demais  
692 anos, como dito pelo Conselheiro Subdefensor Público Geral e concorda, e terão  
693 prioridade sobre outros projetos. A DPE já deveria estar no plano de gestão, no plano  
694 de atuação, plano bienal pensando projetos para o futuro, mas não podem pensar em  
695 projetos novos se não concluiu ou iniciou os antigos. Por isso a necessidade da  
696 Diretora de Orçamento e ano passado foi perfeito quando a Presidência trouxe. Que  
697 marcam uma outra extraordinária pois estão invertendo por conta da situação do

*Conselheiro Gil Braga*



Defensoria Pública  
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

698 FIPLAN. Que o ideal seria aprovar primeiro o orçamento ideal da DPE. Se o Legislativo  
699 vai adotar ou cortar é outra discussão que posteriormente poderia ir para o CS. A  
700 primeira discussão é que tem que basear na lei não está sendo cumprida, pois o  
701 Conselho é membro da Administração Superior, então se a lei exige que se faça a  
702 aprovação do orçamento, têm o dever, obrigação enquanto Conselheiros de aprovar o  
703 orçamento e que isso não consegue aprovar como um orçamento, eis que não é o que  
704 a Instituição precisa e fere os artigos da lei que fala do orçamento passado com o  
705 acréscimo da inflação e como Conselheira eleita não pode aprovar nada ilegal. Se fere  
706 a lei precisam construir um orçamento e foram eleitos para isso, sejam os natos ou os  
707 eleitos. Então, enquanto Conselheira, embora tenha vindo do TCE e tenha uma mínima  
708 noção da matéria, precisa de uma pessoa de orçamento presente para auxiliá-la. E  
709 precisam dos dados com antecedência, não pode no momento receber. Outro ponto é  
710 que já trouxeram o percentual de 41% do cumprimento orçamentária, então precisam  
711 dos dados de 2014, não para invadir a seara da DPG, pois é ela quem executa, mas  
712 para saberem o que já foi executado e o que não executou para colocar no próximo  
713 orçamento, seria um terceiro requerimento. Uma outra questão é o PPA e entende a  
714 justificativa dada ao TCE, mas enquanto Conselheira eleita não é obrigada a votar e  
715 aceita se quiser. Que se o TCE aceitou, ótimo. O Conselheiro Subdefensor Público  
716 Geral esclareceu que não falou que o TCE aceitou, mas que apenas iria fechar a  
717 auditoria em razão do posicionamento da Administração a respeito da situação e  
718 marcar para avaliar. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão entende  
719 que devem mesclar e talvez dessa reunião do Tribunal saia um indicativo sobre o  
720 posicionamento, pois entende que não podem pegar um PPA de 2012/2015 e dizer que  
721 não se aplica mais porque houve alteração no marco legal da DPE e de fato houve  
722 modernização, então têm que adequar. O Conselheiro Subdefensor Público Geral  
723 aduziu que não informou que não se adequava. Que a Conselheira não estava na  
724 reunião e o mesmo não tem como passar horas explicando. A Conselheira Mônica de  
725 Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que devem pegar o PPA como norte para a  
726 construção do orçamento ideal, os critérios para esse acréscimos dos 53 milhões, que  
727 é razoável pegar o orçamento anterior e crescer em 25% e nesses 25% distribuir esse  
728 acréscimo levando-se em consideração como norte o PPA e o critério aprovado na Lei  
729 14/2014 que trouxe os critérios de adensamento, a 80/94 alterada pela Lei 132./2009  
730 Citou um exemplo do PPA de que são 263 Defensores para adequar 417 municípios e  
731 sabem que não pode ser na proporção direta. O Conselheiro Subdefensor Público  
732 Geral aduziu que só podem atuar em Comarcas, não em municípios. A Conselheira  
733 Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que um dos critérios é a situação de  
734 municípios com índices do CVL e CVP e é um critério que podem utilizar nos 53  
735 milhões e dizer de quais regionais são implantados se não são as 10 previstas e as  
736 alterações começaram em 2013 e sabem que poderiam avançar, mas não avançou e a  
737 questão não é porque não avançou. O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu  
738 que a PPA previa Comarcas que hoje não são de entrância final e questionou como vai

*Conselheiro Subdefensor Público Geral*

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



Defensoria Pública  
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

739 colocar uma sede de regional nessa situação. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira  
740 Pires de Aragão aduziu que tem que adequar, mas não podem descartar. Outra  
741 questão é que invertem o fluxo, então têm que se debruçar na construção do  
742 orçamento ideal, o que cada Conselheiro entende como ideal e para isso precisam dos  
743 documentos para depois se debruçarem para ver o que fazer com o prazo que termina  
744 em 28 de julho. A Presidente do CSDPE aduziu que 28 é terminativo e precisa começar  
745 a lançar 26, logo a Diretora de Orçamento tem apenas 4 dias. A Conselheira Mônica de  
746 Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que entendeu a estratégia e estão tirando de  
747 pessoal, que ano passado tinham 124 milhões e esse ano está previsto 127 milhões.  
748 Então questiona se já entraram novos colegas e há a previsão de serem chamados  
749 mais 25 Defensores, por isso volta a dizer que não podem aprovar a proposta dessa  
750 forma, ainda que por uma questão burocrática, acha que constroem a proposta ideal ou  
751 possível e depois o Conselho volta a se reunir para tratar do prazo do dia 28. O  
752 Conselheiro Subdefensor Público Geral questionou se a Conselheira Mônica de Paula  
753 Oliveira Pires de Aragão entende que não deve ser preenchido o sistema. A  
754 Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que na presente data  
755 não preencheria, mas que até o dia 28 pode mudar de ideia. O Conselheiro Robson  
756 Freitas de Moura Júnior aduziu que muitas das dúvidas que tinha já foram dirimidas,  
757 então só gostaria de entender efetivamente a estratégia proposta pela Presidência no  
758 início. A Presidente do CSDPE esclareceu que a aprovação seria para fins de  
759 cumprimento do procedimento de encaminhamento via sistema. O Conselheiro  
760 Subdefensor Público Geral aduziu que seria preencher pela exigência burocrática. A  
761 Presidente do CSDPE esclareceu que iriam oficializar a SEPLAN para haver alteração da  
762 cota com incremento de 25%. O Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior aduziu  
763 que então haveria a aprovação da proposta do orçamento na forma apresentada, mas  
764 apenas para o preenchimento do sistema. Seria marcada sessão extraordinária para  
765 discutir o ideal e encaminhado ofício, além da parte política de ir junto ao Governador.  
766 Não resolvendo iria se estudar ação judicial. O Conselheiro Subdefensor Público Geral  
767 aduziu que irão estudar a melhor conduta seja judicial ou administrativa. A Presidente  
768 do CSDPE aduziu que frustradas as tentativas de obter êxito na esfera administrativa  
769 não descarta a hipótese de estudar o mecanismo judicial. A Conselheira Maria  
770 Auxiliadora Santana Bispo Teixeira questionou se não seria estratégico não preencher  
771 e aplicar o art. 97-B, parágrafo 1º. O Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior  
772 questionou se não houver o preenchimento, como sugerido pela Conselheira Mônica  
773 de Paula Oliveira Pires de Aragão, com o valor do ano passado com uma correção de  
774 5%, aí passaria de 163 para 170. Questionou se nesse valor é o Executivo quem  
775 decide a divisão entre pessoal, custeio e investimento. O Conselheiro Subdefensor  
776 Público Geral esclareceu que há um número no programa definido pelo Estado e  
777 presente no sistema e manda o que entende ser razoável para a DPE em 2015, então  
778 a DPE vai no sistema e modifica, por exemplo, reduzindo propositalmente pessoal. Que  
779 se deixar em branco eles mandam o cronograma dizendo o valor. O Conselheiro

*Robson Freitas de Moura Júnior*

*Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

**CSDPE**

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

780 Robson Freitas de Moura Júnior questionou se nesse caso não teria mais como alterar.  
781 O Conselheiro Subdefensor Público Geral aduziu que teria, mas seria necessária  
782 autorização do Executivo. Que é orçamento e está em execução, que é recurso  
783 orçamentário e não financeiro, mas estão debatendo financeiro. O Conselheiro  
784 Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que gostaria da presença da Diretora de  
785 Orçamento, pois entende diferente do Conselheiro Subdefensor. O Conselheiro  
786 Subdefensor Público Geral esclareceu que é o sistema e que os programas são  
787 definidos pelo Estado no sistema. Que se colocar 117 milhões para pessoal, sendo  
788 necessário ele vai suplementar, mas se colocar zero para custeio, ele não vai dar nada.  
789 O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva aduziu que o Estado não vai poder colocar  
790 160 milhões e deixar 10 para custeio e vencimento, vai ter que seguir a proposta do  
791 ano anterior em cada item, não poderá mexer nos itens. Que proposta orçamentária  
792 não é só valor. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo questionou qual a  
793 dificuldade da presença da Diretora de Orçamento. A Presidente do CSDPE aduziu que  
794 a Diretora de Orçamento está trabalhando e que está à disposição para explicar. O  
795 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que a Presidência, assim como os  
796 demais Conselheiros não tem conhecimento para explicar. Que a Presidente do  
797 CSDPE dá opinião e não tem embasamento. Que a pessoa capacitada é a Diretora de  
798 Orçamento. A Presidente do CSDPE aduziu que se o Conselheiro Robson Freitas de  
799 Moura Júnior não se sentir satisfeito verão como proceder. O Conselheiro Robson  
800 Freitas de Moura Júnior questionou como é feito se repetir o do ano anterior, pois  
801 acredita ser inédito. A Presidente da ADEP aduziu que não sabe por que sempre  
802 aumentou. A Presidente do CSDPE aduziu que o problema na Bahia referente ao  
803 orçamento público foi causado em decorrência da LDO, pois se a LOA tivesse criado  
804 como base de cálculo o mínimo sobre a receita corrente líquida asseguraria com o  
805 crescimento da receita o crescimento proporcional do orçamento público e isso  
806 beneficiaria a todos. A LDO vinculou o valor da cota aos Poderes sobre o gasto efetivo  
807 de um período referente ao exercício anterior e ao atual, junho de 2013 a maio de  
808 2014, e por isso deu a menor para o exercício de 2015, desproporcional às  
809 necessidades da DPE. No orçamento deste ano da Defensoria, observa-se que em  
810 maio é que começa crescer a folha de custeio, pessoal e investimento e daí a  
811 preocupação de se aprovar aquele orçamento no ano p.p., já que conseguiram um  
812 incremento significativo, fora da curva, que nenhuma instituição havia conseguido e  
813 hoje vê como foi acertada a estratégia, porque agora terão o trunfo de mostrar que o  
814 próprio tesouro disponibilizou aquela cota orçamentária e que é uma incongruência  
815 haver redução em um orçamento de um ano para o outro, à Instituição. Se hoje têm  
816 uma folha de pagamento autorizada a maior, é um incongruência impor a menor. Que  
817 vê a estratégia como um sucesso. Que quando viu o incremento e que outros Poderes  
818 não o tiveram, observou que não foi uma decisão técnica, mas acima de tudo  
819 politicamente muito eficiente. Se tivessem tido um histórico desse seria melhor, pois se  
820 colocam 30 Defensores no orçamento, já fazem com que a folha tenha um

*Robson Freitas de Moura Júnior*

*[Handwritten signatures and initials]*



**Defensoria Pública  
BAHIA**

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

**ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

821 crescimento, independente de folha suplementar. Então há um crescimento no  
822 orçamento inicial. Que buscaram a interação e subsídios com instituições seculares  
823 para descobrir de que forma poderiam acelerar o crescimento orçamentário. Então  
824 pegaram custeio e não pode discriminar os valores porque quando colocam essas  
825 especificações e se forem fazer o cálculo a miúdo verão que não bate com o que estão  
826 apontando como realizações para 2015 com o valor correspondente. Que pegaram o  
827 custeio anterior e colocaram correção de 10%, diminuiu investimento e em pessoal  
828 colocaram um propósito a maior em relação ao recurso financeiro. Então a proposta da  
829 Administração é aprovar porque a Diretora de Orçamento só vai dispor de 3 dias e por  
830 uma questão de responsabilidade, entende que é melhor cumprir com o procedimento  
831 por uma estratégia política, aprovando o lançamento para cumprimento do  
832 procedimento junto ao FIPLAN. Em seguida vão oficializar relatando a sua indignação em  
833 relação a cota e apontando qual o valor devido. Inclusive houve a orientação de que o  
834 ofício não seja acompanhado de anexos ou planilhas. O MP não expressa o  
835 incremento, apenas aponta o valor, sem o incremento. A Conselheira Mônica de Paula  
836 Oliveira Pires de Aragão aduziu que nesse aspecto é melhor agir assim e eles que  
837 façam o cálculo. A Presidente da ADEP aduziu que o MP tem a cota dele. A Presidente  
838 do CSDPE consignou que de fato para o MP é diferente e foi isso que disse, pois tem o  
839 limite prudencial estabelecido, que a Defensoria ainda é tratada de forma diferenciada  
840 aos outros poderes do sistema de justiça. Entende ser necessária a articulação dos  
841 poderes, MP, DPE e Judiciário para deflagrar uma luta para derrubar a LDO e amarrar  
842 a cota orçamentária vinculada à receita corrente líquida do Estado porque se há  
843 aumento da receita existe a garantia do aumento do orçamento. A Presidente da ADEP  
844 aduziu que o MP já tem isso. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu  
845 que a LDO não coloca percentual, apenas traz a base ideológica do que o Governo  
846 quer para o ano seguinte. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que  
847 quem vincula o crescimento da receita é a CF e a LRF. Aduziu que não é antecipação  
848 de voto, mas acha que é mais aberração não tomarem uma atitude mais firme. A  
849 Presidente da ADEP aduziu que o Conselho de 2012/2013 aprovou 127 milhões e fala  
850 para terem cuidado na aprovação. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo  
851 aduziu que todos estão 'no bolo', que não existe Administração, ADEP, é DPE e vê de  
852 forma bastante amadurecida em todos a irresignação em relação ao valor colocado.  
853 Acha interessante e não vê o porquê e está para contribuir com administração em  
854 buscar política ou administrativamente a resolução desse impasse. Enquanto  
855 Conselheiro entende tudo que a Presidência está falando em relação a falta de gente e  
856 que a Diretora de Orçamento está trabalhando para fazer a cota, mas está  
857 pressupondo que vai aprovar dessa forma. Se a Diretora não pode ir à sessão, além do  
858 cuidado de dizer vamos alimentar a folha para o FIPLAN, mas o Conselho vai aprovar  
859 150, 170, 190, quantos milhões sejam, mas é um cheque "em branco" e quer tirar a  
860 dúvida, pois se vai votar pela autorização de preencher o sistema para depois analisar  
861 uma proposta discriminada do modo que foi posto no ano anterior. Ainda que saiba a

*Clériston Cavalcante de Macedo*

*[Handwritten signature]*



Defensoria Pública  
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

862 dificuldade que vai ser, se administrativamente conseguir e espera que consiga. Se  
863 judicialmente é difícil, imagine administrativamente em ano político cheio de gastos e  
864 campanhas. Sugeriu que seja trazido de forma mais arrumada. A Presidente do  
865 CSDPE aduziu que a Administração Superior entende que do ponto de vista da  
866 eficiência da estratégia não deve ser mais amiúde do que isso. O Conselheiro Clériston  
867 Cavalcante de Macedo consignou que da forma que fará no sistema não lhe cabe, mas  
868 lhe cabe aprovar metas, objetivos, programas e não tem, que é uma planilha, não uma  
869 proposta. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva aduziu que proposta orçamentária  
870 não é só valor. A Presidente do CSDPE aduziu que essa é a proposta exigida pelo  
871 sistema. A Conselheira Mônica de Paula Oliveira Pires de Aragão aduziu que o ponto  
872 da pauta é proposta orçamentária e não planilha. A Presidência do CSDPE aduziu que  
873 a proposta da Administração é a aprovação da planilha para lançamento no sistema. A  
874 Ouvidora Geral consignou que na primeira capacitação do FIPLAN esteve presente e  
875 acredita que a planilha está com os elementos e a Administração já definiu o que vai  
876 fazer e falta colocar os objetivos, as metas e os prazos. O Conselheiro Subdefensor  
877 Público Geral aduziu ser bom que a Ouvidora conheça o sistema e possa esclarecer. O  
878 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que também conhece o sistema e  
879 que não é 'desesclarecido'. A Ouvidora Geral consignou que a proposta orçamentária é  
880 política e que ouviu do Governador que em certa ocasião a DPG escolheu entre duas  
881 propostas. Que em todas as discussões de orçamentos anteriores houve uma pessoa  
882 técnica para esclarecer. Que não devem aceitar o valor e que a própria SEPLAN  
883 mandava colocar algo mais porque terão uma folga. Que podem chamar outros  
884 servidores que estavam no curso e podem relatar. Que a proposta é de utilizar o  
885 recurso do tempo. Que tem secretaria que vai ganhar mais que o valor da Defensoria,  
886 que vai ganhar 200 milhões porque se o candidato ganhar já saberão o Secretário que  
887 irá operar o dinheiro. Que é político e que a Defensoria não pode aceitar a migalha.  
888 Que no debate na UFBA os Delegados acabaram com a Defensoria e falaram que os  
889 Defensores do crime não trabalham. O Conselheiro Robson Freitas de Moura Júnior  
890 aduziu que se os Delegados estão criticando é porque a DPE está incomodando. Que  
891 devem mandar um ofício para Dr. Alan Roque perguntando por que os Defensores do  
892 crime não estão trabalhando, porque acha isso a maior falácia. A Presidente da ADEP  
893 aduziu que têm que ter direito a resposta. O Conselheiro Robson Freitas de Moura  
894 Júnior aduziu que não é do Crime, mas que sabe que os colegas trabalham. O  
895 Conselheiro Gil Braga de Castro Silva aduziu que já foi do crime e que trabalhava. A  
896 Ouvidora Geral consignou que advogados ativistas levantaram que as responsabilidades  
897 das mazelas das delegacias eram dos Delegados. A Presidente da ADEP aduziu que  
898 Dr. Alan tomou conhecimento e não pediu direito de resposta. A Conselheira Maria  
899 Auxiliadora S. B. Teixeira consignou que devem mudar de assunto, pois não é  
900 concernente ao orçamento. A Ouvidora Geral aduziu que os Delegados chegaram  
901 armados e pediram a palavra, mas que a pauta não era aquela. Que a DPE deveria  
902 pedir reunião para responder a Mario Kertz. A Presidência do CSDPE consignou que

*Robson Freitas de Moura Júnior*  
*Gil Braga*



Defensoria Pública  
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

903 estão desviando o foco da sessão extraordinária e que se for o caso podem tratar do  
904 assunto como ponto de pauta de sessão ordinária. A Ouvidora Geral aduziu que  
905 precisam pedir mais, pois outras Secretarias não precisaram se mexer e ganharam  
906 orçamento de 200 milhões e não sabe por que Dr. Gil Braga de Castro Silva pediu  
907 detalhamento, pois o orçamento apresentado já está detalhado. O Conselheiro Gil  
908 Braga de Castro Silva aduziu que quer que a Presidente do CSDPE explique o que é  
909 cada projeto, que não pode votar apenas em número pois não é maluco. A Ouvidora  
910 Geral aduziu que têm que se manifestar com relação a esse recurso, tem que pedir  
911 para fazer emenda de mais de 50 milhões, porque jogam na cara que não tem  
912 Defensor, mas na hora de ajudar não acontece. Que não devem aceitar esse dinheiro.  
913 **A Presidente do CSDPE colocou em votação a aprovação da proposta para fins**  
914 **de cumprimento de procedimento burocrático junto ao sistema até 28/07, assim**  
915 **como oficial à SEPLAN demonstrando a irresignação e o quanto necessitam,**  
916 **conforme apurado em torno de 53 milhões a mais, no importe de 25% de**  
917 **incremento em relação ao exercício anterior.** O Conselheiro Subcorregedor Geral  
918 César Ulisses Oliveira Magalhães consignou que vota favoravelmente pela aprovação  
919 da proposta orçamentária apresentada. O Conselheiro Clériston Cavalcante de  
920 Macedo votou contrário e aduziu que estaria sendo incongruente com o ano anterior e  
921 não significa dizer que estaria sendo irredutível. Trouxe todos os dados e teve o  
922 cuidado de estudar. Solicitou a presença da Diretora de Orçamento e a Presidente do  
923 CSDPE por uma questão pessoal de convencimento não permitiu dizendo que a  
924 Diretora estava trabalhando na proposta orçamentária e não poderia se fazer presente  
925 dada a exiguidade do tempo, o Conselheiro disse também estar trabalhando e que a  
926 Presidente não teria condições de responder as suas perguntas. O Conselheiro  
927 Clériston Cavalcante de Macedo disse que também estava trabalhando não  
928 satisfizeram pois não trouxeram para a mesa de debate uma solução do problema  
929 colocado. Que está querendo não é aprovação de proposta orçamentária, mas planilha  
930 de valores, pois proposta orçamentária não é o que foi apresentado. Não sabe quais  
931 são as metas para o próximo ano e inclusive tem na planilha 25 novos defensores, mas  
932 o Subdefensor falou que somos 263 e na planilha aponta 268. Logo a planilha  
933 apresentada está muito incongruente e com o pouco de conhecimento que tem e sabe  
934 que tem. Que não é proposta orçamentária, é uma planilha para alimentar um sistema  
935 do Governo que impôs de forma arbitrária para a DPE uma redução significativa da  
936 proposta orçamentária e aprovando isso estaria concordando com a falta de autonomia  
937 da DPE e do CS para aprovar um orçamento maior para poder cumprir as metas da  
938 Defensoria em relação ao PPA. Mais concurso público para Defensor está no PPA.  
939 Que falaram ano passado em concurso para Defensor Público e não consta na  
940 proposta. O Conselheiro Subdefensor aduziu que tem. O Conselheiro Clériston  
941 Cavalcante de Macedo aduziu que não diz para quantos cargos. A Presidente do CS  
942 solicitou o fim da conversa paralela, pois o áudio fica inaudível. O Conselheiro Clériston  
943 Cavalcante de Macedo aduziu que desta forma não aprova pois entende que é planilha

*Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Gil Braga and Clériston Cavalcante de Macedo.*



Defensoria Pública  
BAHIA

Instituição essencial à Justiça

CSDPE

*Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia*

ATA DA 151ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

944 para alimentar o sistema do Executivo e não proposta orçamentária. Faz a proposta  
945 para aprovar a planilha para ser encaminhada, mas não como proposta orçamentária,  
946 mas aquela que a Presidência apontou de 205 milhões para mostrar ao Executivo e  
947 viabilizar uma luta judicial ou administrativa. Que se aprovar estará impedindo que a  
948 Presidência lute. A Presidente do CSDPE aduziu que a proposta da administração visa  
949 o cumprimento do lançamento no sistema FIPLAN até dia 28. O Conselheiro Clériston  
950 Cavalcante de Macedo questionou 205 milhões para o quê. A Presidente do CSDPE  
951 aduziu a necessidade de deliberação nesta sessão em razão da exiguidade de tempo e  
952 não haver disponibilidade de tempo hábil para marcar outra sessão extraordinária. O  
953 Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que isso era prioridade. Que  
954 apesar da base legal da não apresentação, entende a preocupação do Conselheiro  
955 Robson Freitas de Moura Júnior ao perguntar se já houve isso anteriormente e não  
956 ocorreu antes, mas sempre acréscimo ou adequação a índice inflacionário. A  
957 Presidente do CSDPE aduziu que remeteram com uma semana, enquanto no ano  
958 passado remeteram com um mês de antecedência. O Conselheiro Clériston Cavalcante  
959 de Macedo aduziu que a Presidência do CSDPE não veja seu voto de não aprovação  
960 como inviabilização, o que solicita é um cuidado maior para melhor referendar uma luta  
961 política e jurídica da Presidência. A Presidente do CSDPE questionou se o Conselheiro  
962 Clériston Cavalcante de Macedo aprova o encaminhamento para fins de lançamento  
963 até dia 28. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que se vier uma  
964 proposta detalhada, com os 205 milhões, dizendo o número de cargos no concurso  
965 publico para Defensores Públicos, por exemplo, que precisa de dados. O Conselheiro  
966 Subdefensor Público Geral aduziu que é um contrassenso se não tem dinheiro. A  
967 Presidência do CSDPE questionou se o concurso de servidores não seria importante.  
968 O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu que todos os concursos são  
969 importantes e que o ideal para justificar uma briga judicial que provavelmente ocorrerá.  
970 A Presidência do CSDPE aduziu que viria essa discriminação na proposta idealizada.  
971 Questionou se o Conselheiro aprova o lançamento da planilha condicionada a em  
972 sessão extraordinária no sentido de nessa à Administração presente o texto de forma  
973 discriminatória. O Conselheiro Clériston Cavalcante de Macedo aduziu deixar claro que  
974 a planilha não é proposta orçamentária. A Presidência do CSDPE aduziu que para  
975 haver o lançamento no sistema tem que haver a aprovação pelo Conselho, que não  
976 pode determinar enquanto DPG. O Conselheiro Gil Braga de Castro Silva questionou  
977 quando seria a sessão extraordinária. A Presidência do CSDPE aduziu que a Diretora  
978 de Orçamento só vai ter 3 dias para lançar. Que na presente semana não é mais  
979 possível e poderiam marcar na semana seguinte para conhecimento da proposta ideal  
980 da Administração Superior. A Presidência do CSDPE aduziu que para efeito da Lei e  
981 da SEPLAN a forma apresentada é uma proposta. O Conselheiro Clériston Cavalcante  
982 de Macedo aduziu que dessa forma não pode aprovar. O Conselheiro **Gil Braga de**  
983 **Castro Silva** aduziu que quando vê o auxílio alimentação em determinado valor  
984 precisa que a administração esclareça para quanto vai o auxílio do Defensor. Que o do

*[Handwritten signatures in blue ink, including names like Gil Braga de Castro Silva and Clériston Cavalcante de Macedo]*